



**Relatório de Controlo Orçamental e de
Acompanhamento da Atividade
1º Semestre de 2020**

29/07/2020



ÍNDICE

1.	ORGÃOS SOCIAIS.....	3
2.	NOTA PRÉVIA.....	4
3.	ENQUADRAMENTO.....	6
4.	ATIVIDADE NO SEMESTRE.....	9
5.	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	11
6.	“COVID – 19”.....	14
7.	ANÁLISE DE DESVIOS FACE AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO.....	19
8.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE.....	22
9.	RELATÓRIO TRIMESTRAL DO FISCAL ÚNICO.....	25



1. ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - Pedro Maria da Costa de Sousa de Macedo Simão

Secretária - Catarina Charters de Amaral Marques Fernandes Homem

Conselho de Administração

Presidente – Dr. José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros

Vogal – Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

Vogal – Dra. Maria da Nazaré Mendonça Luis Barbosa Campos Vilar

Fiscal Único

Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda. - representada por Joaquim Oliveira de Jesus

Suplente - Maria Balbina Boino Cravo



2. NOTA PRÉVIA

O capital social da FLORESTGAL – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. é composto por 4.940.000 ações de valor nominal unitário de 5 euros cada, integralmente detidas pela Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A., encontrando-se representadas por um único título. O seu objeto social consiste no planeamento, promoção e desenvolvimento de projetos no âmbito das atividades florestal e silvo-pastoril. A sociedade pode, acessoriamente, explorar serviços e efetuar as operações civis, comerciais e financeiras relacionadas direta e indiretamente, no todo ou em parte, com o seu objeto social ou que sejam suscetíveis de facilitar ou favorecer a sua realização.

O presente relatório tem por base, em termos orçamentais, o Plano de Atividades e Orçamento (“PAO”) para o triénio 2020/22 submetido pela Florestgal em 18 de novembro de 2019, o qual veio a merecer aprovação dos Ex.mos Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território após parecer favorável da UTAM.

Concomitantemente, o ano de 2020 constituirá também o primeiro exercício estratégico do Plano de Negócios (PN) 2020/60 que se encontra vertido no Plano de Atividades e Orçamento 2020/22 (“PAO”), onde se encontram definidos um conjunto de objetivos, meios mais táticos e operacionais que são necessários despoletar para o cumprimento da visão.

Num sector com ciclos de receita muito longos como é o da floresta e dos produtos da floresta, a 30, 40 ou mais anos, é crítico para a Florestgal criar uma base de receitas correntes provenientes de serviços de muito longa duração, previsibilidade e fiabilidade que lhe permitam não só realizar os investimentos prospetivos, como, e sobretudo, dispor de recursos para “esperar” pelos primeiros ciclos dessas receitas (da floresta e dos produtos da floresta).

O avanço comercial para estas receitas de serviços e de longa duração, no curto e médio prazo, é um fator determinante de sucesso do Plano Estratégico. Neste sentido, ao nível comercial, a par de um processo permanente de maximização do valor, tipologia e propriedades sob arrendamento tradicional (campanha, pastagens, cinegética, apiários, etc.), bem como das vendas de ativos biológicos disponíveis, a empresa estabeleceu como metas comerciais o arrendamento de 900 hectares sob a forma de floresta de conservação e a obtenção de direitos de exploração sobre 3.000 novos hectares de áreas de terceiros para 2020. Este tipo de arrendamentos, de Floresta de Conservação, têm uma dinâmica e um período de gestão diferente dos



tradicionais, mas permitem posteriormente assegurar uma maior estabilidade e previsibilidade aos *cash-flows* futuros, fundamental para o desenvolvimento dos novos povoamentos produtivos.

Simultaneamente será perseguida também uma estratégia de aumento de áreas sob exploração, da ordem de os 3.000 hectares ano, sob os quais incidirá todo um conjunto de aproveitamentos (povoamentos de produção, arrendamentos, etc.) como estratégia de ganho de escala / diluição de custos de estrutura / capacitação para chegar aos grandes clientes internacionais que asseguram projetos de aquisição de recursos da floresta de muito longa duração (madeira, resina, frutos secos, etc.) e a sua sustentabilidade em patamares económico e financeiros apelativos.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas de IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE).

3. ENQUADRAMENTO

Ao fim de cerca de dois anos, a atividade da Florestgal permanece estrangida por diversas ordens de razão, algumas estruturais e com efeitos adversos e cruzados, a saber:

- O facto de ter resultado da conversão de uma empresa existente (julho de 2018), sem realização de estudos prévios e quantificações do seu plano de negócios.

Foi a nova administração da empresa que teve de preparar o Plano de Negócios ao mesmo tempo que mantinha a reconversão das atividades decorrentes do seu novo objeto social, sem nunca lhe ter sido formalmente reconhecido o “espartilho orçamental” das atividades imobiliárias que caracterizavam o seu anterior objeto social totalmente díspar do atual.

- O facto de se encontrar sob uma tutela conjunta do Ministério das Finanças (via Parpublica que detém o seu capital) e do Ministério do Ambiente e Ação Climática (via SECNFOT que detém a tutela setorial) que reparte interesses nalguns casos conflitantes ou mesmo antagónicos em face do momento que esta se encontra.
- Não existir enquadramento legal adequado para empresas com operações de muito longa duração, que requerem decisões com o mesmo alcance e planeamento, ou em fase de arranque (“*startup*”) no Sector Empresarial do Estado, com custos imprevistos de arranque de uma qualquer sociedade comercial:
 - quer por via orçamental
 - Decreto Lei de Execução Orçamental, revisível anualmente, que restringe investimento e aumento de estrutura para acomodar toda uma nova dimensão de atividades;
 - Plano de Atividades e Orçamento deslizante que, não obstante prospetivo em ciclos trienais (3 anos), apenas ser de facto autorizado ao primeiro ano de projeção;
 - Quer por via do próprio *governance*:
 - Estatutos da empresa restringem a delegação de responsabilidades existente para a administração mandatada, a 5% do valor dos seus ativos;

- Quer ainda por via legal, e entre outros:
 - Art. 83º do Decreto lei 169-B/2019 remete decisões sobre oneração do Património a medio e longo prazo, para a esfera de decisão do Senhor Primeiro Ministro, o que tem subjacente toda uma cadeia de estruturas que consomem tempo incompatível para uma sociedade que não obstante dispor de capitais inteiramente publico, opera sob a esfera do direito privado, com as mesmas oportunidades e *timings* de resposta de uma qualquer sociedade comercial privada em regime de concorrência aberta;

E outras circunstanciais

- Apenas ter recolhido todas as aprovações ao Plano de Atividade e Orçamento 2020/22 já no decorrer do mês de fevereiro, cerca de um mês antes do início do evento Covid-19;
- Saída de pessoal do quadro (por reforma ou transferência) que não foi oportunamente tratada pela Área Administrativa e Financeira, encontrando-se a administração sem secretariado desde 30 de junho, situações que se encontravam identificadas desde dezembro 2019;
- Evento Covid – 19, adiante mais bem detalhado no Ponto 6.
- Saída de prestadora de serviços (Engenheira Florestgal em regime de *part time* e cedência da FICAPE) no início do mês de abril por desmotivação de propósito, situação que apenas foi regularizada em Julho por contratação de estagiária que se encontrava a findar o seu período de estágio;
- Pedido do acionista em abril, para reforçar e com caracter mensal a regularidade da informação prestada alem da exigida legalmente;
- Pedido do acionista em junho, de inclusão na prestação da informação já fornecida de mapas de indicadores com projeções de fecho de contas trimestrais;
- Ao que a esta data, acresce ainda:
 - Baixa médica da Administradora Financeira desde 13 de julho, no seguimento de ausência para acompanhamento familiar desde final de junho;
 - Determinação pelo acionista, no início do mês de julho, de uma auditora interna à Florestgal,

a realizar entre a última semana de julho e finais de novembro de 2020;

O que prospectivamente envolverá a Florestgal num colete ao qual acresce ainda o PAO 2021/23 (a realizar entre final de agosto e outubro), desconsiderando-se administrativa e burocraticamente e a todo o momento o interesse político que presidiu à sua criação, assim como as circunstâncias do país e dos portugueses até ao final do ano de 2020 e quem sabe 2021.

Os meios que dispõe para executar a sua missão são:

- um Conselho de Administração de três (3) elementos, um quadro de pessoal de um (1) Engenheiro Florestal e uma (1) colaboradora na área administrativa, 1,25 *Full Time Equivalents* fornecido pelos serviços partilhados Parpública na área administrativa e financeira/jurídica, 7 prestadores de serviços técnicos independentes (consultores) e 3 prestadores de serviços não técnicos independentes.
- ausência de um ERP (*back-office*) e um sistema produtivo (*front-office* - SIG – Sistema de Informação georreferenciado) integrados e funcionais, sendo que a maioria dos trabalhos são realizado em computadores portáteis avulsos e em software Office, com elevado risco operacional e sem padrão definido.
- Um frota operacional de 6 veículos com mais de uma década e elevadíssimos custos de manutenção;

4. ATIVIDADE NO SEMESTRE

Unidade: Euros

PAO/REAL	REAL	PAO	PAO		REAL		Desvio Orçamental	
	2 019	2 020	1º Trim	1º Sem	1º Trim	1º Sem	€	%
VENDAS	1 316 137	2 796 000	699 000	1 398 000	472	117 772	-1 280 228	-92%
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	304 585	299 338	74 835	149 669	97 273	203 039	53 370	36%
Receita de Novos Aproveitamentos da Floresta	0	1 350 000	337 500	675 000	0	0	-675 000	-100%
Receita da Area de Expansão	0	0	0	0	0	0	0	0%
Outras receitas	1 418	0	0	0	0	0	0	0%
Margem de Venda de Imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0%
RECEITAS TOTAIS	1 622 140	4 445 338	1 111 335	2 222 669	97 744	320 811	-1 901 858	-86%
Variação nos inventários da produção	909 645	419 400	104 850	209 700	472	117 772	-91 928	-44%
	909 645	419 400	104 850	209 700	472	117 772	-91 928	-44%
FSE - Fornecimentos e Serviços Externos	1 035 551	2 053 323	513 331	1 026 661	215 282	390 953	-635 708	-62%
Trabalhos Especializados	486 674	363 120	90 780	181 560	97 821	163 656	-17 904	-10%
<i>Serviços Partilhados Parpublica</i>	172 930	163 620	40 905	81 810	43 233	72 054	-9 756	-12%
Conservação e Reparação	52 000	8 000	2 000	4 000	16 296	21 506	17 506	438%
Honorários	200 037	323 191	80 798	161 595	53 501	101 731	-59 865	-37%
Publicidade e Propaganda	48 635	6 500	1 625	3 250	0	0	-3 250	-100%
Atividade Florestal	204 535	1 333 767	333 442	666 884	34 175	82 166	-584 718	-88%
<i>Contrato Navigator Afocelca (DFCI)</i>	116 483	97 398	24 349	48 699	29 121	58 242	9 543	20%
<i>AC - Floresta de Conservação</i>	0	1 125 000	281 250	562 500	0	0	-562 500	-100%
Vigilância e Segurança	43 670	18 745	4 686	9 373	13 489	21 895	12 523	134%
Materiais	10 450	9 650	2 413	4 825	617	985	-3 840	-80%
Energia e Fluidos	35 433	58 030	14 507	29 015	7 132	12 189	-16 826	-58%
Deslocações, Estadas e Transporte	34 797	23 240	5 810	11 620	1 411	1 488	-10 132	-87%
Outros	70 425	132 119	33 030	66 060	8 182	16 850	-49 210	-74%
Rendas e Alugueres	7 916	85 539	21 385	42 770	216	216	-42 553	-99%
Comunicação	14 424	7 000	1 750	3 500	1 854	4 621	1 121	32%
Seguros	18 303	18 800	4 700	9 400	3 179	6 403	-2 997	-32%
Despesas de Representação	9 460	3 600	900	1 800	396	396	-1 404	-78%
Contencioso e Notariado	1 383	2 500	625	1 250	15	15	-1 235	-99%
Limpeza, Higiene e Conforto	7 261	5 000	1 250	2 500	1 406	3 792	1 292	52%
Portagens e Parqueamentos	11 678	9 680	2 420	4 840	1 115	1 407	-3 433	-71%
	1 186 655	2 276 362	569 090	1 138 181	232 624	422 465	-715 716	-63%
Custos com Pessoal	438 792	458 641	114 660	229 321	98 782	182 972	-46 348	-20%
CUSTOS TOTAIS	1 625 447	2 735 003	683 751	1 367 501	331 406	605 437	-762 064	-56%
Outros Rendimentos e Ganhos	70 783	13 000	3 250	6 500	5 680	21 810	15 310	236%
Outros Gastos e Perdas	26 328	15 000	3 750	7 500	1 152	9 864	2 364	32%
MARGEM BRUTA OPERACIONAL	-868 498	1 288 935	322 234	644 468	-229 605	-390 451	-1 034 919	-161%

4.1. COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS

Até 30 de junho de 2020, a sociedade não adquiriu ou alienou qualquer imóvel.

A empresa tem em curso desde o final de 2019 um conjunto de diligências para a venda de um imóvel urbano em Vila Nova de Famalicão (Ativo não corrente detido para venda), insuscetível de utilização no objeto da



sociedade. Ainda em 2019 a sua oferta ao mercado ficou deserta sem qualquer manifestação de interesse na sua aquisição. A empresa ainda não retomou as mesmas diligências em 2020, mas subsiste a intenção de venda deste imóvel através da definição de uma nova estratégia de abordagem ao mercado.

A empresa encontra-se a avaliar a oportunidade de proceder à alinação de seis (6) imóveis que, pelas suas características, de localização, reduzida dimensão (entre 0,5 e 7,43 hectares) e pela sua dispersão, não permitem dimensionar uma exploração económica florestal, quer pelos custos que encerram com o seu acompanhamento e limpeza para proteção contra incêndios. Acresce a esta situação a potencial alienação de uma propriedade de maiores dimensões, cujos termos de venda foram acordados há diversos anos e por anterior administração com uma edilidade, tendo sido recuperada recentemente e por esta última, essa negociação.

Até a esta data, mantém-se por receber um valor da DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças, conforme reportado no Relatório de Gestão e Contas do exercício findo, não tendo havido quando desenvolvimento ou alteração em relação à informação já prestada.

4.2. VENDA DE PRODUTOS AGRO-FLORESTAIS, ARRENDAMENTOS E OUTROS

Os proveitos registados pela sociedade no primeiro semestre do ano com a venda de produtos agroflorestais ascenderam apenas a pouco mais de 100.000 euros, decorrentes da venda madeiras de eucalipto, em processos que se encontram em curso desde finais de 2019/início de 2020. Este valor compara assimetricamente com os 6/12 avos das receitas anuais projetadas (1.398.000 euros a junho de 2020) uma vez que as vendas de ativos biológicos ocorrem sobretudo no segundo semestre de cada ano.

Cumpr salientar que entretanto se materializaram mais receitas de ativos biológicos alienados já no final de 2019 e que ascendem a 338.100 euros relativos a propriedades do Concelho de Castelo Branco, e 58.650 euros relativos a propriedades localizadas em Trás-os-Montes, num total de 396.750 euros (apenas com efeito de caixa). Ainda neste ínterim, e a respeito das vendas, encontram-se em curso negociações com as sociedades adquirentes relativas às madeiras vendidas em face da sua certificação, pelo que é expectável obterem-se encaixes adicionais estimados entre 25.000 e 35.000 euros.



No tema da venda de ativos biológico e no decurso dos meses de maio e junho, a empresa foi confrontada já com o primeiro impacto da “Covid-19”, aquando da promoção de venda de cortiça. Primeiro, a Florestgal lançou uma consulta para venda de Cortiça de cinco das suas propriedades, tendo apenas recebido propostas para uma delas, aonde tem o seu maior povoamento de sobreiros. Segundo, os valores oferecidos quer em primeira e segundas ofertas encontravam-se cerca de 40% abaixo dos valores médios históricos, e, neste caso concreto, cerca de 50% abaixo do valor da tiragem de 2019. Num derradeiro esforço de contactos e de negociação, foi adjudicada a tiragem por um valor inferior em 20% da média histórica de preços.

Os proveitos com arrendamentos ascenderam neste período a 189.139 euros, sendo provenientes de arrendamentos rurais de campanha para pastagens, arrozais e apiários (124.791,28 euros), exploração cinegética (40.599,44 euros) e arrendamento de instalações (23.748,20 euros). O valor total previsto em orçamento (PAO) para arrendamentos a junho de 2020 é de 824.669 euros (149.669 € de arrendamentos comparáveis + 675.000 euros de arrendamentos de floresta de conservação), ou seja:

- Em termos de arrendamentos tradicionais comparáveis, a empresa encontra-se 36% acima do esperado para este momento do ano;
- Em termos da sua nova linha de negócio – Arrendamento de Floresta de Conservação – a empresa encontra-se ainda por materializar um objetivo de contratação até ao final do ano;

5. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

A sociedade registou a junho um Resultado Líquido negativo de 453.165 euros, valor que é mais penalizante que o projetado e positivo em 588.667euros.

Para este efeito e face ao orçamento há diversas variações de sinal contrário, assentes nos aspetos relevantes enunciados no Ponto 4.2..

Ao menor volume de negócios registado no período acima referido, produto da sua sazonalidade, contribuíram -675.000 euros de receitas relativas ao contrato do primeiro povoamento em regime de *Green/Forest Sponsoring* - Floresta de Conservação assim como menores correções de variação de inventário de produção (-91.928 euros pelas vendas que não foram concretizadas).



Em FSE – Fornecimentos e Serviços Externos, a variação favorável (715.716 euros) é sobretudo explicada por não se terem incorrido ainda em quaisquer custos relativos ao contrato do primeiro povoamento em regime de *Green/Forest Sponsoring* - Floresta de Conservação. Excluindo este efeito, os FSE's encontram-se 153.216 euros abaixo do previsto, e estes decorrem maioritariamente do facto de não terem sido incorridos, pois a aprovação definitiva do PAO apenas foi conhecida pela administração já no decorrer do mês de março, o que acabou por condicionar o desenvolvimento das suas atividades nos primeiros 6 meses deste ano.

Em relação aos Custos com Pessoal, o desvio favorável de 46.348 euros é sobretudo explicado pela passagem à reforma entre junho e dezembro de 2019 dos dois Guardas de Ativos Florestais (Herdade de Vale de Reis) e da cedência da Secretária da Administração para outra empresa do Grupo PARPÚBLICA, a ESTAMO, S.A., em 31 de dezembro p.p., a qual foi desde então partilhada com a Florestgal apenas e só ao longo do primeiro semestre de 2020 em proporção decrescente (Janeiro – 50%; Fevereiro a Junho – 25%; Julho a Dezembro – 0 %), situação que agora se encontra terminada e que não foi entretanto substituída.

5.1. RESULTADO OPERACIONAL (antes de gastos de financiamento e impostos)

O Resultado Operacional apurado em 31 de março de 2020 foi negativo em 447.211 euros pelas razões já elencadas no ponto anterior, o que compara desfavoravelmente com um valor positivo previsto em orçamento de 599.167 euros.

5.2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – ATIVO

O Ativo registou em 30 de junho de 2020 o montante de 53.743.202 euros. Este valor corresponde a um acréscimo de 4.868.381 euros face ao Orçamento, sobretudo pela reclassificação de património ocorrida em dezembro 2019 que levou à extinção de Propriedades classificadas em Inventário (Ativos Correntes), encontrando-se estas agora distribuídas entre Propriedades de Investimento e Ativo Fixo Tangível (Ativos Não Correntes). Tal situação despoletou uma necessária reorganização de valores entre Ativos e tornou-se necessária em face da alteração do objeto da sociedade e da sua nova missão, onde recaem diferentes interesses e expetativas sobre os ativos existentes.



A alteração de valores relativos aos Ativos Biológicos deriva de mudança de critérios de valorização entre árvore e fruto sobreiro/cortiça e pinheiro manso /pinha mais consentâneos com cada espécie e que não são homogêneos entre si.

5.3. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – CAPITAL PRÓPRIO

A 30 de junho de 2020, o Capital Próprio da empresa ascendia a 51.323.165 euros.

A variação deste valor face ao orçamento, de cerca de 4,7 milhões de euros, é o fruto do resultado líquido obtido em 2019 e cujo efeito decorre do descrito no Ponto 5.2, que se encontra maioritariamente em Resultados Transitados.

5.4. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA – PASSIVO

A 30 de junho, o valor total do passivo era de 2.420.037 euros, que compara com 2.267.153 euros, ou seja, um acréscimo de 152.884 euros em resultado da diversas recomposições de saldos de final de semestre

6. “COVID – 19”

6.1. “COVID – 19”

Já no decurso do ano de 2020, a respeito da pandemia covid-19 que desde dezembro 2019 se tornou conhecida à escala mundial, com impactos reais conhecidos em cerca de duas centenas de países e que levou o Governo português a declarar “Estado de Emergência” no dia 18 de março e por um prazo inicial de 15 dias, entretanto prorrogado 2 vezes, resultando por sua vez e sucessivamente em Estado de Calamidade e Estado de Alerta, a Florestgal pretende informar o seguinte:

Tendo em consideração a sua atividade – florestas e produtos florestais –, a produção dos ativos biológicos existentes permanece inalterada. Porém, a Florestgal antecipa um atraso ainda não completamente quantificável na sua exploração económica, pois esta depende da resiliência dos operadores a jusante da sua zona de intervenção na fileira florestal (produção), das medidas que estes adotaram para tentar manter as suas atividades durante o período de confinamento social e as que venham a adotar no seu seguimento.

Considerando o facto de as atenções se encontrarem hoje centradas nos temas relacionados com a saúde pública mundial, é naturalmente de esperar que a linha estratégica de novos negócios da FLORESTGAL, nomeadamente a captação de *green/forest sponsors* para Floresta de Conservação, seja previsivelmente afetada num primeiro momento.

Contudo, o esforço estratégico será mantido porquanto se encontra adaptado a necessidades reais e igualmente prementes. Os “proveitos ambientais” observados pela paralisação da economia não são nada despiciendos em matéria de ação climática e ajudarão ao cumprimento das metas estabelecidas pela própria União Europeia (EU), que mantém inalterado o compromisso de assumir a liderança no combate mundial às alterações climáticas.

Como é sabido, os dirigentes da UE ambicionam atingir o objetivo da neutralidade climática na Europa até 2050, em total consonância com o Acordo de Paris.

Desenvolvendo esforços conjuntos ao longo das próximas décadas, os países da UE mantêm-se empenhados em assegurar que as emissões de gases com efeito de estufa sejam reduzidas ao mínimo e que as medidas para compensar as restantes emissões aconteçam desde já – o Pacto Ecológico Europeu (*European Green Deal*) continua a ser uma prioridade da Comissão Europeia e a Europa prossegue a procura de ser o primeiro



continente neutro do ponto de vista climático, pelo que o relançamento da economia terá necessariamente de continuar a observar as metas atrás descritas.

É esta a conjuntura que a Florestgal observa. Trata-se de um ensejo que deve ser aproveitado pela empresa, sobretudo por via do conceito *green/forest sponsoring* + energias renováveis, que será seguramente mantido, reforçado e adensado em face dos novos desafios económicos e sociais.

No entanto, em face da recente implementação do Plano de Negócios, é expectável que o presente enquadramento, sobretudo pelas medidas de condicionamento que revestiu e ainda reveste, venha a comprometer alguns dos objetivos definidos para 2020, já que o arranque de diversas atividades se encontra de alguma forma restringido pelo confinamento social imposto e do efeito recessivo que veio a criar a uma escala planetária.

O Conselho de Administração considera que os valores registados nas demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2019, com referência às rubricas de Ativos Fixos Tangíveis, Propriedades de Investimento, Ativos Biológicos e Ativos Não Correntes Detidos para Venda traduzem os critérios de mensuração aplicáveis a cada tipo de ativo, à luz do normativo correspondente.

Contudo, os valores obtidos em 31/12/2019 não tomavam em consideração o potencial efeito da pandemia covid-19, sendo este um evento posterior à data de referência das contas, por conseguinte, não ajustável. É de referir, no entanto, que a evolução dos efeitos da pandemia provocada pelo novo coronavírus poderá provocar um efeito relevante no apuramento futuro do justo valor/quantia recuperável dos seus ativos e consequentemente no valor da empresa, o que poderá ser verificável através das avaliações a efetuar mais próximo do final do ano.

Por último, importa referir que não possuindo a empresa qualquer endividamento bancário, nem compromissos a honrar para além dos relacionados com os seus fornecedores correntes, as suas contas de exploração acompanham e adaptam-se em grande correlação e proximidade com a situação que se vive.

A Florestgal não tem uma estrutura de custos fixos significativa e dispõe ainda de reservas de caixa para suportar os custos de pessoal e de operações a níveis normais de atividade (pré-fenómeno covid-19) por aproximadamente dois anos, permitindo à administração, no ano em curso, manter a gestão da situação sem grandes pressões de tesouraria.

6.2. MEDIDAS ADOPTADAS E A ADOPTAR

Tal como referido no Relatório de Controlo Orçamental e de Acompanhamento da Atividade do 1º trimestre (abril), a administração entendeu que em face do enquadramento específico da sociedade, a circunstância do evento Covid-19, a perspetivada recessão económica em vista e agora já concretizada que, deveria adotar as seguintes medidas:

“ ...

1. Atendendo ao período mais reduzido que agora disporá em 2020 para executar o seu PAO / Plano de Negócios, aumentar o esforço comercial por via de uma realocação interna e imediata dos meios hoje disponíveis (consultores e prestadores de serviços, estagiários e os dois quadros existentes), de molde a perseguir a linha estratégica de novos negócios da FLORESTGAL e outros aproveitamentos da floresta, designadamente a captação de sponsors para Floresta de Conservação e de legado, *green on green* + energias renováveis;
2. Adensar desde já o esforço de rentabilização do património próprio e focalizar a empresa na expansão florestal de produção e de valorização territorial nas regiões onde impera o regime minifundiário, envolvendo transversalmente os recursos e os meios atualmente disponíveis na empresa (consultores e prestadores de serviços, estagiários e os dois quadros existentes);
3. Encetar desde já a avaliação de novas e outras oportunidades para dinamização da sua missão, levando em consideração as atuais circunstâncias de confinamento / recessão;
4. Iniciar de imediato a criação de Planos de Ação para uma mais rápida execução do seu PAO, sobretudo por forma a minimizar os impactos na atividade da empresa e determinar os resultados a alcançar;
5. A criação de novos planos de contingência, para além dos já adotados, e ir ajustando os existentes, sempre e tão logo que disponha de informação que o justifique e fundamente, permitindo à empresa ir respondendo às evoluções que venham a surgir aos níveis económico e/ou social;

...”

Genericamente e ao longo do mês de maio, as ações 1 a 4 foram despoletadas e vieram a conhecer diversos desenvolvimentos no próprio mês de maio e junho com múltiplos contactos e negociações em curso, assim como primeiros resultados (arrendamentos fundiários). Desafortunadamente, a falta de recursos humanos e de sistemas, que se avolumaram e acumularam por este esforço operacional e comercial não permitiu



materializar esses resultados em tempo útil no primeiro semestre, encontrando-se em curso e a esta data, diversas contactos, negociações, formalizações e/ou concretizações.

O Plano de Negócios 2020/60 elaborado em conjunto com a Consultora *PWC-PriceWaterhouseCoopers* no segundo semestre de 2019 já havia identificado que o principal risco da empresa seria o (risco) de execução, ou seja, falta de meios para o concretizar.

Essa falta de meios não só já era notória como, o acréscimo de pedidos entretanto determinados pelo acionista, primeiro por maior regularidade de informação financeira a prestar (abril), depois por maior qualidade e quantidade (junho) e por fim com uma auditoria interna (a iniciar-se no mês de julho), impreterivelmente levam a desvio de esforços e de atenção.

Tal irá incontornavelmente condicionar o desenvolvimento esperado e mesmo as medidas que a administração entendeu adotar para “contornar” o enquadramento adverso em que a empresa, a economia, o Estado Português e o mundo se encontravam, e encontram.

Figueiró dos Vinhos, 29 de julho de 2020

O Conselho de Administração

**JOSÉ
MIGUEL
ABREU DE
FIGUEIREDO
MEDEIROS** Assinado de forma
digital por JOSÉ
MIGUEL ABREU DE
FIGUEIREDO
MEDEIROS
Dados: 2020.08.05
20:52:11 +01'00'

Dr. José Miguel Medeiros

**RUI
PEDRO DE
SOUSA
BARREIRO** Assinado de
forma digital por
RUI PEDRO DE
SOUSA BARREIRO
Dados:
2020.08.06
01:38:52 +01'00'

Eng.º Rui Pedro Barreiro

Dra. Nazaré Vilar



7. ANÁLISE DE DESVIOS FACE AO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Todos os valores constantes das tabelas seguintes encontram-se em Euros.

7.1. BALANÇO REAL VS ORÇAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2020

FLORESTGAL BALANÇO PREVISIONAL	Real	PAO	Desvios	
	30/06/2020	30/06/2020	Valor	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	25 027 891	12 931 226	12 096 665	48,3%
Ativos fixos intangíveis	517		-517	-100,0%
Propriedades de Investimento	9 052 533	8 339 457	713 077	7,9%
Ativo sob direito de uso	173 389	0	173 389	100,0%
Ativos por impostos diferidos	1 764 101	1 588 146	175 955	10,0%
Total Ativo não Corrente	36 018 430	22 858 828	13 159 602	36,5%
Ativo corrente				
Inventários	21 540	10 307 484	-10 285 943	-47751,8%
Ativos biológicos	11 185 455	8 610 465	2 574 990	23,0%
Clientes	161 020	388 388	-227 368	-141,2%
Estado e outros entes públicos	260 334	197 982	62 353	24,0%
Outras contas a receber	1 159 903	1 276 899	-116 996	-10,1%
Diferimentos	7 022	20 012	-12 990	-185,0%
Ativos não correntes detidos para venda	588 000	0	588 000	100,0%
Caixa e depósitos bancários	4 341 497	5 214 763	-873 266	-20,1%
Total Ativo Corrente	17 724 772	26 015 992	-8 291 220	-46,8%
TOTAL DO ATIVO	53 743 202	48 874 821	4 868 381	9,1%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	24 700 000	24 700 000	0	0,0%
Reservas legais	1 742 291	1 530 953	211 338	12,1%
Resultados transitados	25 029 939	19 788 048	5 241 891	20,9%
Outras variações no capital próprio	304 101	0	304 101	100,0%
	51 776 330	46 019 000	5 757 330	11,1%
Resultado líquido do período	-453 165	588 667	-1 041 832	229,9%
Total do capital próprio	51 323 165	46 607 667	4 715 498	9,2%
Passivo				
Passivo não corrente				
Passivos de Locação	160 327	258 262	-97 935	-61,1%
Passivos por impostos diferidos	1 764 101	1 588 146	175 955	10,0%
Total do Passivo não Corrente	1 924 427	1 846 408	78 019	4,1%
Passivo corrente				
Fornecedores	27 480	59 431	-31 951	-116,3%
Adiantamentos de clientes	31 587	31 587	0	0,0%
Estado e outros entes públicos	20 945	18 211	2 735	13,1%
Passivo da locação	24 827	0	24 827	100,0%
Diferimentos	160 758	139 087	21 672	13,5%
Outras contas a pagar	230 012	172 430	57 582	25,0%
Total do Passivo Corrente	495 610	420 745	74 864	15,1%
Total do Passivo	2 420 037	2 267 153	152 884	6,3%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	53 743 202	48 874 821	4 868 381	9,1%

7.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS REAL VS ORÇAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2020

FLORESTGAL DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PREVISIONAL	Real	PAO	Desvios	
	30/06/2020	30/06/2020	Valor	%
Vendas e serviços prestados	131 672	2 222 669	-2 090 997	-1588,0%
Subsídios à exploração	7 119	0	7 119	100,0%
Variação nos inventários de produção	-117 772	-209 700	91 928	-78,1%
Fornecimentos e serviços externos	-422 465	-1 138 181	715 716	-169,4%
Gastos com pessoal	-182 972	-229 321	46 348	-25,3%
Imparidade de dívidas a receber	1 345	0	1 345	100,0%
Outros rendimentos e ganhos	203 830	6 500	197 330	96,8%
Outros gastos e perdas	-11 208	-7 500	-3 708	33,1%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-390 451	644 467	-1 034 918	265,1%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-56 760	-45 300	-11 460	20,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-447 211	599 167	-1 046 379	234,0%
Juros e gastos similares suportados	-3 404	-7 500	4 096	-120,4%
Resultado antes de impostos	-450 615	591 667	-1 042 282	231,3%
Imposto s/ rendimento do período	-2 550	-3 000	450	-17,6%
Resultado líquido do período	-453 165	588 667	-1 041 832	229,9%



8. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SEMESTRE

Todos os valores constantes das tabelas seguintes encontram-se em Euros.

8.1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Rubricas	Posição	Posição
	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	25 027 891	25 047 117
Ativos fixos intangíveis	517	0
Propriedades de Investimento	9 052 533	9 052 533
Ativo sob direito de uso	173 389	249 583
Ativos por impostos diferidos	1 764 101	1 764 101
Total do Ativo Não Corrente	36 018 430	36 113 333
Ativo corrente		
Inventários	21 540	21 540
Ativos biológicos	11 185 455	11 303 227
Clientes	161 020	1 314 745
Estado e outros entes públicos	260 334	252 524
Outras contas a receber	1 159 903	1 171 702
Diferimentos	7 022	3 231
Ativos não correntes detidos para venda	588 000	588 000
Caixa e depósitos bancários	4 341 497	3 546 890
Total do Ativo Corrente	17 724 772	18 201 859
Total do Ativo	53 743 202	54 315 192
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital realizado	24 700 000	24 700 000
Reservas legais	1 742 291	1 530 953
Resultados transitados	25 029 939	21 014 517
Outras variações no capital próprio	304 101	304 101
	51 776 330	47 549 570
Resultado líquido do período	-453 165	4 226 760
Total do capital próprio	51 323 165	51 776 330
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo da Locação	160 327	191 647
Passivos por impostos diferidos	1 764 101	1 764 101
Total do Passivo Não Corrente	1 924 427	1 955 747
Passivo corrente		
Fornecedores	27 480	88 004
Adiantamentos de clientes	31 587	31 587
Estado e outros entes públicos	20 945	91 608
Passivo da locação	24 827	58 263
Diferimentos	160 758	147 256
Outras contas a pagar	230 012	166 396
Total do Passivo Corrente	495 610	583 115
Total do Passivo	2 420 037	2 538 862
Total do capital próprio e do Passivo	53 743 202	54 315 192



8.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2019

Rubricas	Períodos	
	30/06/2020	30/06/2019
Vendas e serviços prestados	131 671,98	92 965,59
Subsídios à exploração	7 119,43	1 418,20
Variação nos inventários de produção	-117 771,70	-66 662,63
Fornecimentos e serviços externos	-422 464,95	-517 712,37
Gastos com pessoal	-182 972,17	-187 464,94
Imparidade de dívidas a receber	1 344,82	0,00
Outros rendimentos e ganhos	203 829,60	147 883,91
Outros gastos e perdas	-11 208,37	-7 361,51
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-390 451,36	-536 933,75
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-27 137,70	-29 813,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização - IFRS 16	-29 622,42	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-447 211,48	-566 747,53
Juros e gastos similares suportados	-3 403,61	-2 490,87
Resultado antes de impostos	-450 615,09	-569 238,40
Imposto s/ rendimento do período	-2 550,00	-2 550,00
Resultado líquido do período	-453 165,09	-571 788,40



9. RELATÓRIO TRIMESTRAL DO FISCAL ÚNICO



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILACA

Ao Exmº Conselho de Administração de
FLORESTGAL – EMPRESA DE GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, S.A.
Rua Comendador Joaquim Araújo Lacerda, 16-18
3260-412 FIGUEIRÓ DOS VINHOS

**RELATÓRIO TRIMESTRAL INFORMATIVO
DO FISCAL ÚNICO
CONTROLO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL À DATA DE 30.06.2020**

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da legislação em vigor, designadamente do disposto no artigo 44.º, n.º 1 alínea i), do Decreto-Lei n.º 133/2013, vimos por este meio emitir o relatório de acompanhamento ao Relatório Trimestral de Execução Orçamental da FLORESTGAL – EMPRESA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, S.A. (FLORESTGAL ou a Entidade). Para tal, o Fiscal Único acompanhou a gestão através da análise dos balancetes e mapas demonstrativos de execução orçamental, referentes ao segundo trimestre, nomeadamente o balancete analítico de junho bem como o Relatório de Controlo Orçamental e de Acompanhamento da Atividade, referente ao período em análise.

Consideramos relevante salientar que a proposta do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento (PAO) para 2020, 2021 e 2022, datada de 18 de novembro de 2019, mereceu acolhimento pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM) e, também do Sr. Secretário de Estado do Tesouro (SET), conforme despachos de 16 e 31 de janeiro, respetivamente. Posteriormente, em 5 de março de 2020, o mesmo documento mereceu parecer favorável do Sr. Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as Normas e orientações técnicas e éticas aceites pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

1/3



2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Tendo por base o Orçamento para 2020, analisámos os diversos desvios reportados a 30 de junho de 2020, os quais se traduzem na apresentação de um resultado líquido negativo de -453.165 euros, valor inferior ao projetado (positivo de 588.667 euros) em 1.041.832 euros. Este desvio traduz o facto de os rendimentos previsionais do segundo trimestre de 2020 serem apresentados como metade dos rendimentos previsionais previstos para 2020. Considerando o contexto de recente implementação do Plano de Negócios é razoável que o mesmo não ocorra de modo uniforme ao longo do ano. Existe adicionalmente o efeito decorrente da pandemia da COVID-19, sobretudo pelas medidas de condicionamento que reveste (de restrição de circulação e de confinamento genéricos das populações). É entendimento do Conselho de Administração que este evento possa comprometer alguns dos objetivos definidos para 2020, já que o arranque de diversas atividades nomeadamente a captação de green/forest sponsors para Floresta de Conservação se encontra restringido pelo confinamento social imposto. A Entidade detalha especificamente a sua aferição dos eventuais impactos resultantes do atual contexto pandémico.

O capítulo 3 do Relatório de Controlo Orçamental e de Acompanhamento da Atividade apresenta adicionalmente a aferição do Conselho de Administração quanto a um conjunto de constrangimentos, estruturais ou circunstanciais, à prossecução da atividade da FLORESTGAL.

3. ANÁLISE AOS DOCUMENTOS CONTABILÍSTICOS

Procedemos à análise das contas da Entidade e demais informação financeira que nos foi facultada, com a frequência, extensão e profundidade consideradas adequadas em função da materialidade e importância relativas das rubricas, dos quais destacamos:

A. Procedimentos, recomendações e testes de conformidade:

A.1. Obtenção de diversos esclarecimentos e documentação, solicitados junto dos Serviços competentes;

A.2. Análise das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, em especial no que se refere à sua adequação e consistência.

B. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria.

4. CONCLUSÃO

Face à análise efetuada aos elementos que para o efeito nos foram disponibilizados, é nosso Parecer que a execução orçamental se encontra dentro dos parâmetros aceitáveis.

Lisboa, 05 de agosto de 2020

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n° 1056